

ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, E SEU CONTRAPONTO AOS RETRATOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL*

ÚRSULA, BY MARIA FIRMINA DOS REIS, AND ITS COUNTERPOINT TO PORTRAITS OF SLAVERY IN BRAZIL

Maria Perla Araújo Morais **1**
Marília Gabriela Pereira da Silva **2**

Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Professora da **1**
graduação e da pós-graduação em Letras da UFT.
E-mail: perlamorais@gmail.com

Bolsista do PIBIC/CNPQ da Universidade Federal do Tocantins. **2**
Graduanda em Letras pela UFT. E-mail: gabi12061994@gmail.com

Resumo: Refletiremos sobre o posicionamento antiescravagista presente no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Neste romance de 1859, vemos uma descrição da condição do negro escravizado num relato que se difere, em vários aspectos, de outros feitos no século XIX. Há, em *Úrsula*, uma preocupação de retratar nos personagens escravizados a consciência da sua história, cultura e tradições, perspectiva que muitos relatos canônicos literários não contemplam. Dessa forma, procuramos, neste artigo, fundamentar nossas discussões nos pressupostos da situação do negro na sociedade escravocrata, com o objetivo de disseminar uma visão consciente, proposta por uma escritora negra. Acreditamos que esse posicionamento antiescravagista se dá porque Maria Firmina dos Reis se constitui como um contraponto a outro lugar de fala: a do homem branco e burguês. Nesse ínterim, ao focalizar a diáspora negra, a escritora delineou um quadro amplo e político sobre a escravidão.

Palavras-chave: *Úrsula*. Maria Firmina dos Reis. Diáspora negra.

Abstract: We reflect on the anti-slavery position present in the novel "Úrsula", by Maria Firmina dos Reis. In this 1859 novel we see a description of the enslaved Negro condition that differs in several aspects from other similar accounts of the nineteenth century. In "Úrsula", we see a concern to portray the enslaved characters conscious of their history, culture, and traditions, a perspective that many literary canonical accounts do not contemplate. Thus we base our discussions on assumptions about black people in a slavery society, aiming to spread a conscious vision proposed by a black writer. We believe that this anti-slavery position exists because Maria Firmina dos Reis is a counterpoint to another place of speech: that of the bourgeois white man. In between, by focusing on the black diaspora, the writer outlined a broad and political survey of slavery.

Keywords: *Úrsula*. Maria Firmina dos Reis. Black diaspora.

* Este texto faz parte das reflexões de uma pesquisa intitulada "O colonial e o pós-colonial na Literatura Brasileira: a questão do afrodescendente em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo" realizada no PIBIC/CNPQ da UFT.

Introdução

A forma como contamos a história do “outro” é também um retrato de como alguns grupos são vistos e pensados dentro da sociedade. Nesse sentido, a literatura é um instrumento indispensável para o entendimento das culturas, ideologias e das múltiplas histórias que fazem parte do pensamento social. Em meados do século XIX, ampla parte dos donos da palavra, ou seja, aqueles que detinham a versão do que acontecia era uma classe econômica que se identificava com certas correntes de pensamento que justificavam a existência e permanência de certos grupos em espaços marginalizados dentro da sociedade.

O cenário literário, naquele período, era masculino, burguês e branco, sendo assim os escritos da época não se mostravam muito favoráveis à mulher e muito menos aos negros, que tiveram a sua história disseminada através do olhar da burguesia. Portanto, muito do que entendemos sobre a diáspora negra e a escravidão no Brasil é reflexo de um olhar de um grupo que não vivenciava a subalternidade, mas que a pensava a partir de um lugar de fala privilegiado em termos sociais, raciais e econômicos.

Dessa forma, convém salientar que os textos literários, dentro de uma sociedade, nunca são relatos ingênuos, podendo ser vistos como formas de ratificar certas percepções e imagens sociais. Pode tanto servir para compor um quadro amplo de invisibilidade de certas identidades culturais como, dependendo de quem tem a posse do discurso, tornar visíveis certas demandas e grupos sociais. Nesse sentido, é um importante instrumento de força e resistência para classes e/ou grupos marginalizados que tiveram e ainda têm a sua existência apagada e suas vozes silenciadas.

Nosso interesse é perceber a literatura como um espaço de manifestação e luta, sobretudo dos homens e mulheres afrodescendentes que reclamam por voz, vez e igualdade em um país que, ainda hoje, resiste em conservar o pensamento e as dinâmicas da sociedade brasileira escravocrata e colonial.

Falar especificamente sobre literatura afro-brasileira, pelo menos, é observar não um grupo que detém poder majoritário dentro de uma sociedade, mas identidades que são de uma forma velada, estigmatizadas e inferiorizadas diante das classes dominantes. Os grupos hegemônicos, com sutileza, conduzem a população brasileira a acreditar na retórica da cordialidade, estabelecendo, assim, um vínculo entre dominador e dominado, que, na verdade, reproduz o modelo capitalista de organização social.

Regina Dalcastagné nos diz que a literatura “reflete, em suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira” (DALCASTAGNÉ, 2017, p. 217). Nesse sentido, a ausência da população negra dos relatos sobre o Brasil tem muito a nos contar sobre o racismo estrutural de nossa sociedade.

Existe uma produção literária de uma mulher negra em um momento de completa invisibilidade social, como o século XIX, que trata da escravidão no Brasil. Trata-se do romance *Úrsula*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Apresentaremos uma leitura de como esse romance contribui para percebermos a voz e a identidade dos negros escravizados, algo que outras produções da época insistem em silenciar.

Retratos do Brasil em *Úrsula*

O século XIX foi um período marcado por grandes transformações e mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais da Europa que afetaram o mundo todo em virtude das características do processo de expansão imperial. Essa expansão das fronteiras, da economia e da força política da Europa foi acompanhada por movimentos de resistências, mas também por pensamentos que impulsionavam e justificavam o domínio e poderio europeu. Nesse sentido, teorias científicas e filosóficas do século XIX desempenharam importante papel na cultura, dando conteúdo e fomentando ideias acerca de grupos e suas relações sociais. De acordo com Fausto (2000), a Europa se edificava como polo eurocêntrico e o imperialismo bania as formas diferentes de cultura e identidade.

Os reflexos dessas transformações alcançaram também a sociedade brasileira, porque, uma vez colonial, as ideias que vigoravam na metrópole eram recepcionadas por ampla elite que estava aliada aos interesses da colonização. Com a vinda de D. João VI para a colônia, em 1808, o discurso do progresso alcança efetivamente o cenário brasileiro (NEJAR, 2011, p. 91), sendo percebido

principalmente no surto industrial que apontava para fábricas, bancos, companhias de navegação, estradas de ferro, transporte urbano, iluminação a gás e exploração da mineração. Entretanto, ao mesmo tempo em que se aposta nesse discurso do progresso, percebemos que a sociedade brasileira encontra-se completamente fragmentada, por isso cabe a pergunta: progresso para quem se a realidade continuava escravocrata e colonial? Nesse contexto, é fato que parcelas da população encontravam-se excluídas desse projeto, como é o caso dos negros escravizados:

(...) não há como esquecer a contradição flagrante entre uma monarquia que se pretendia “civilizada” e a vigência da escravidão, esta, sim, enraizada em todo o território. Espécie de violência legal e moral institucionalizada, o sistema era não só oficial como naturalizado pelo país afora. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.227)

Após a abolição da escravatura, o panorama não muda muito para esse grupo, uma vez que os libertos foram deixados à própria sorte e viram-se obrigados a encarar dificuldades para conseguir sobreviver numa sociedade que não os reconhecia com cidadania:

Ao lado deste processo, tem início um período de pobreza acentuada, com consequências sobre o nível de qualidade de vida das classes populares em geral, mas de forma mais direta dos ex-escravos. A demanda imediata pela sobrevivência passa a ser o centro da vida, a luta principal, neste momento de reorganização total da vida dos negros, guiando-lhe inclusive a sua inserção na cidadania. (MENEZES e SANTOS FILHO, 2007, p. 25)

Vale ressaltar, ainda, as peculiaridades da sociedade brasileira e suas relações que instituíam uma realidade patrimonialista e clientelista. Embora a elite brasileira tenha feito uma leitura da abolição da escravatura sob o ponto de vista da emancipação, a realidade nos mostra dinâmicas mais complexas dessa vivência da “liberdade”:

Foi diferente para os que se viram livres em sociedades com forte construção legal relacionando igualdade e acesso à cidadania política, com presunção de plenos direitos a todos os cidadãos (desde que livres e homens) ou em sociedades onde esta presunção não existia na prática, nas quais relações pessoais se faziam definidoras de direitos num quadro de manutenção de relações hierárquicas e clientelísticas, como a brasileira. (RIOS e MATOS, 2004, p. 173)

As teorias científicas da época ratificavam o lugar de exclusão desses grupos e defendiam o “branqueamento” como solução para a miscigenação social do país. O impacto político de adoção dessas teorias é determinante para entendermos por que não se reconhecer um corpo de direitos na população negra:

Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centro de congregação da reduzida elite pensante nacional.

(...) com efeito, os anos 70 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa. De um lado, 1871 é um ano-chave na desmontagem da escravidão (...)

Por outro lado, a década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. (SCHWARCZ, 1993, p. 19)

Essa perspectiva de leitura da sociedade do século XIX, pensada em conjunto com os regimes políticos e econômicos adotados, explica por que modelos de pensamentos são ainda hoje resistentes no país. Uma maneira de contrabalançar essa perspectiva histórica é observar que, a despeito de uma história oficial enfatizar uma leitura deturbada sobre esses grupos não-hegemônicos, há também outras versões sobre esses processos, sobretudo aquela que é contada pelos indivíduos marginalizados. De acordo com Djamila Ribeiro, temos que reconhecer que lugares de fala diferentes fundam entendimentos diversos sobre a sociedade:

Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p.29)

Através das mudanças que aconteceram em meados do século XIX, de maneira tímida, foram surgindo escritos que, de alguma forma, encontraram na literatura um espaço para manifestar e levantar questões como a submissão e as injustiças do Brasil patriarcal e escravocrata. No entanto, a literatura produzida por eles não foi considerada pela historiografia literária e quando, por algum motivo, as produções dos afrodescendentes chamavam atenção da crítica, elas passavam por um processo de “branqueamento” do autor. Conforme nos mostra o professor Eduardo de Assis Duarte, há:

(...) o apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população. (DUARTE, s.d, p.1)

Mesmo com o silenciamento das obras de autoria feminina e negra no século XIX, essas produções existem e estudos recentes, como a publicação da antologia organizada por Zahidé Lupinacci Muzart intitulada “Escritoras Brasileiras do século XIX”, comprovam a presença desses escritos na literatura brasileira. Entre as cinquenta e três escritoras do volume I da referida antologia, está Maria Firmina dos Reis. Essa escritora nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de setembro de 1825, e se configura numa presença importante na literatura brasileira, em especial, na literatura afro-brasileira.

De acordo com Telles (1997), o romance *Úrsula* se difere dos demais de sua época:

O que mais distingue os livros não é o exagero romântico, ou as peripécias do enredo mas sim o tratamento que a autora dá ao escravo. Ela não fala do escravo em geral, ou da escravidão como conceito abstrato, mas individualiza O escravo em duas personagens centrais. A de Túlio, que “sofria porque era escravo”, mas cuja

“mente ninguém pode escravizar.” Embora fosse tomado pelo “acanhamento que a escravidão gerava”, ele permanece sempre apaixonado pela liberdade e capaz de sentimentos próprios, dignos, desinteressados e de amizade, pois “as almas generosas são sempre irmãs”. É um ator importante na trama (...)

A outra personagem, a negra Susana, é dedicado todo um capítulo onde é narrada a sua vida antes da escravidão, na África o que, em termos de Brasil e de período, é extremamente original. (TELLES, 1989, p. 77)

Tomemos, como exemplo, as obras *Iracema* e *O Guarani*, de José de Alencar, no que se refere ao ideal nacionalista de uma literatura comprometida com a construção da ideia de nação. Essas duas obras constroem personagens indígenas, outro grupo subalternizado dentro da realidade brasileira, a partir de uma idealização das relações dentro das colônias. Retrata-os como dóceis, bons, símbolos de bravura e inocência, desde que demonstrem sensibilidade passiva aos feitos civilizatórios do nobre português, enfim, desde que apaguem suas histórias e se identifiquem com os valores portugueses.

Observa-se nesses romances que José de Alencar coloca o homem branco e o indígena para representarem poeticamente as origens da nação brasileira, excluindo o negro que também teve grande participação na construção da história do Brasil. Além disso, o modo como descreve os indígenas valoriza a cultura europeia, mostrando em que imagem a nação brasileira deveria se mirar para a construção da nação.

Publicado em 1859, o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, tem como personagem principal a jovem Úrsula. O desenrolar da trama gira em torno do triângulo amoroso entre a jovem; Tancredo, seu amado; e o seu tio, o comendador Fernando P, grande vilão da história, que também se apaixona pela mocinha. O romance representa negros escravos de uma maneira bastante diferente de outros relatos da época. Esse grupo social aparece com história, ancestralidade e valores. Esses pormenores, que dão profundidade aos personagens, apareciam associados apenas aos personagens brancos; quando se descrevia os negros, não se atentava para esses detalhes contribuindo para a objetificação dessas identidades. Ao organizar o texto distribuindo as falas para identidades subalternizadas, Maria Firmina dos Reis desprende-se da escrita tradicional brasileira em que prevalecia o silêncio da mulher e do negro.

A construção dos personagens escravizados do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, nos mostra como essa identidade pode ser descrita a partir de seus valores e sua consciência histórica. Nesse ínterim, ao focalizar na diáspora negra, na consciência cultural e política dos personagens apresentados no romance, Maria Firmina dos Reis delineou um quadro amplo e político sobre a escravidão.

Logo, no prólogo, a autora utiliza palavras com sentimentalismo que podem aparecer também como uma estratégia para adentrar no universo canônico literário brasileiro:

Mesquinho e humilde é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. (...)

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.

Então por que publicas? Perguntará o leitor.

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os

achques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. (...) Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia. (REIS, 2018, p.25)

A escrita de denúncia e combate à escravidão é disseminada de uma forma hábil. Sem agredir às instituições existentes no “Prólogo” e durante a narrativa, a escritora destaca a consciência histórica e cultural dos negros escravizados que, por muitos anos, foram estigmatizados, invisíveis, oprimidos e marginalizados dentro da sociedade brasileira. Além disso, nota-se que, com este prólogo, Maria Firmina dos Reis manifestou sua evidente consciência acerca da sua condição de mulher brasileira e negra em pleno século XIX. Mostra-se também ciente da aceitação que sua obra teria naquele momento histórico da sociedade brasileira onde ainda nem se pensavam em direitos civis para as mulheres e, muito menos, na presença de figuras femininas no cenário literário brasileiro. Dessa forma, a escritora levanta, desde o prólogo, aspectos das estruturas silenciadas da sociedade brasileira, em que as mulheres não tinham direito nem mesmo para estudar e muito menos escrever, ainda mais se fosse uma mulher negra. Maria Firmina dos Reis, com sua escrita, não só escreveu um romance como foi pioneira na crítica antiescravagista.

A obra da escritora maranhense é revolucionária e atemporal assim como a literatura, pois, em meados do século XIX, seu romance trata de assuntos atuais que nos ajudam a entender a sociedade brasileira. Validando esta afirmação, podemos encontrar, no decorrer da narrativa, ideias de gênero e etnia que são temáticas que devem ser discutidas e levadas em consideração pelo público leitor:

O romance *Úrsula* é estruturado segundo os moldes folhetinescos românticos, possuindo outros elementos próprios da estética romântica, como a linearidade; a donzela angelical disputada pelo mocinho e pelo vilão; a presença de elementos góticos, como cenários sombrios e tenebrosos; a paixão incestuosa de Fernando P. por Úrsula; o assassinato do herói à porta da igreja após o casamento; o amor eterno, a loucura e o remorso. Essa imitação dos padrões europeus era um fato comum, e também as raras escritoras mulheres e os negros, mesmo se opondo à ideologia dominante, se apropriam de elementos que pertencem ao código literário da época, pois escrevem para a mesma elite branca, usando sua literatura como modelo e, ao mesmo tempo, entrando no sistema como um elemento subversivo, à medida que, por meio de uma identificação do leitor com a obra, parece haver a intenção de desestabilizar a ordem estabelecida, ao fazer com que esse leitor pertencente às camadas senhoriais mude suas concepções e posturas com relação ao negro e à mulher. (MORAES FILHO, 1975, p. 78)

É fato que os escritores do século XIX abordavam a temática da escravidão de acordo com um consenso que sempre instituiu o negro como objeto da ação do branco, negando-lhe história, voz, protagonismo e profundidade. Dessa forma, evitava-se abordar, em seus escritos, a complexidade sobre a escravidão. Acreditamos que isso se dá principalmente por uma forma de ver estar instituída, em que os “outros” de territórios coloniais são expostos a uma extrema violência e espoliação:

De fato, a dicotomia “regulação/emancipação” se aplica apenas a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-la aos territórios coloniais, aos quais se aplica a dicotomia “apropriação/violência”, por sua vez inconcebível de aplicar a este lado da linha. Contudo, a inaplicabilidade do paradigma “regulação/emancipação” aos territórios coloniais não comprometeu sua universalidade. (SANTOS, 2007, p 72)

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, a “apropriação/violência” estaria chancelada em territórios coloniais. Nas identidades que não representam o perfil e valores do mundo branco europeu, esse tipo de apropriação se apresenta na escravização. A grande maioria dos romances brasileiros enfatizam essa violência em relação à identidade dos negros escravizados. Apresentam os jovens negros em posições secundárias e em ocupações de grande concentração na criminalidade, sendo, na maioria das vezes, bandidos ou contraventores. No caso das mulheres negras, são sempre representadas numa posição claramente intermediária; sempre lhes é oferecido o emprego doméstico nas narrativas, seu corpo é explorado e usado dentro das narrativas apenas como objeto de satisfação sexual aos homens ilustres, o que também acontece com os personagens negros, animalizados e usados como objeto de desejo sexual em diversos romances brasileiros.

A narrativa de Maria Firmina dos Reis se contrapõe a essa percepção na medida em que apresenta personagens escravizados com densidade psicológica, histórica e política. São eles os personagens Túlio, Preta Suzana e Antero.

Depois do Prólogo, *Úrsula* se inicia com um passeio pela bela paisagem campesina que é descrita através de uma linguagem muito poética e expressiva no texto, bem aos moldes de uma descrição dos textos românticos da época:

São vastos e belos os nossos campos, porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma. (...)

E sua beleza é amena e doce, e o exíguo esquife, que vai cortando as águas hibernais mansas e quedas, e o homem, que sem custo o guia, e que sente vaga sensação de melancólico enlevo, desprende com mavioso acento um canto de harmoniosa saudade, despertado pela grandeza dessas águas, que sulca (REIS, 2018, p.27).

Trata-se de uma idealização do espaço, característica muito explorada pelos romances românticos do século XIX. Essa idealização perpassa o par romântico da história e também a percepção do escravo Túlio, cativo de propriedade da mãe de Úrsula. Diferente de outras representações do negro escravizado, como em *Vítima Algozes*, de Joaquim Manoel de Macêdo (1859), Túlio é descrito como um jovem com honra, moral, e, sobretudo, em pé de igualdade com o homem branco carregando em si sentimentos e valores. Túlio nascido e vivido em cativeiro aparece, logo, no capítulo I do romance, intitulado “Duas almas generosas”, onde resgata Tancredo após um acidente. Em sua primeira conversa, o jovem escravo demonstra-se humilde e com vontade de ajudar Tancredo. O narrador de *Úrsula* vai considerar esse comportamento do escravo como algo gerado pelo regime escravista e não pela natureza de Túlio. Estar atento às práticas escravistas e como elas delineiam as relações sociais é fundamental para não confundirmos a atitude de Túlio com um comportamento de inferioridade em relação a Tancredo. Pelo contrário, o narrador faz questão de enfatizar o sistema escravista como determinante para os papéis sociais:

– Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou com acanhamento, que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!...

(...) Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito de escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação (REIS, 2018, p.33-34).

Neste momento da narrativa, temos o resgate do homem branco, em que Túlio, o jovem escravo, socorre Tancredo. Túlio socorre Tancredo, se mostrando fundamental para o desenrolar da ação. Tanto ele como os outros personagens escravizados no romance têm função relevante, na medida em que aparecem em momentos cruciais da história, embora não sejam protagonistas:

- Que ventura! Então disse ele, erguendo as mãos aos céus – que ventura podê-lo salvar! (...) (REIS, 2018, p.31)

Esse beijo selou para sempre a mútua amizade que em seus peitos sentiam eles nascer e vigorar. As almas generosas são sempre irmãs.

Não fostes, porventura o meu salvador? - perguntou o cavaleiro com acento reconhecido, retirando dos lábios do negro a mão, e malgrado a visível turbação deste, apertando-lhe com transporte a mão grosseira, mas onde descobria, com satisfação, lealdade e pureza (REIS, 2018, p. 34).

A autora buscou construir o personagem Túlio alicerçado nos valores cristãos, para, assim, disseminar seu ideário em conformidade aos valores da época. Em relação a isso, aponta as contradições que seria manter uma sociedade cristã e escravocrata ao mesmo tempo:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena que se lhe ofereceu à vista. (REIS, 2018, p.32)

Além dessa contradição, as qualidades de Túlio são enaltecidas em pé de igualdade a de outras idealizações de personagens no romance:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem-formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco.

Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo de sua miséria. (REIS, 2018, p. 32)

Nessa caracterização, o romance denuncia a escravidão. Mas a estratégia para tratar desse assunto é muito interessante: falar da nobreza e do sangue “africano”. O narrador não esquece, portanto, que esse personagem tem uma vida que lhe foi tirada, enfatizando o aspecto violento da diáspora negra. Sua resignação é oriunda não da sua fraqueza, mas de todo um contexto histórico e social desfavorável ao pensamento abolicionista:

Estruturado em articulação com o Estado, e justificado ideológica e religiosamente, o sistema escravocrata ganhou uma tal solidez que o seu desmonte se fez difícil e demorado. Foi necessário desarmar peça por peça a engrenagem para que a escravidão acabasse. Ela é o último elo da cadeia a se desfazer, no processo de transição política que vai da Transmigração da Família Real Portuguesa até a República. (MENEZES, 2009, p. 87)

A diáspora negra diz respeito a um movimento de dispersão das populações africanas entre os séculos XV e XIX pela Europa, Ásia e América. Essa dispersão, fundamentada sobretudo na lógica de exploração do continente africano, teve muitas consequências negativas:

O tráfico internacional criou um mercado de pessoas que desestruturou reinos e nações, arrasou regiões, incrementou guerras e revoluções no continente africano. Por outro lado, envolveu um número expressivo de pessoas no comércio infame, a partir do interior, intermediários africanos vendiam prisioneiros de guerras e desafetos para os comerciantes europeus estabelecidos em fortalezas no litoral. O comércio transatlântico de pessoas e mercadorias incrementou o acúmulo de riquezas na Europa e ajudou a detonar o processo de industrialização na Inglaterra. Ao mesmo tempo, era interrompido o processo de desenvolvimento peculiar à África e rompidas as redes comerciais. A mão-de-obra mais preciosa e habilitada, homens e mulheres, jovens e saudáveis, foi seqüestrada e obrigada ao trabalho em terras distantes. (SANTOS, 2008, p.182)

Focalizar essa dispersão é, por si só, uma dinâmica antiescravista. Ao mostrar que o jovem Túlio tem consciência e tristeza em relação a isso, o narrador visualiza a complexidade do problema da escravidão no Brasil. Túlio ganha densidade, o que reforça a situação dramática em que se encontra.

Após ser liberto por Tancredo, o coração do jovem Túlio enche-se de gratidão e decide acompanhar o mancebo por onde ele for, pois, “como se fora a sombra de seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites”. (REIS, 2018, p. 47-48) Nessa passagem, enfatiza-se a generosidade de Túlio e o senso de retribuição que tinha. Assim, ao reforçar o fato de que sua gratidão seria “sem limites” demonstra a consciência do infortúnio em que se encontrava.

Neste outro trecho, Túlio arrisca a própria vida para alertar seu amigo sobre a iminente emboscada armada pelo vilão, o comendador Fernando P.:

Na sua carreira pressentiu um vago rumor à beira da estrada, e um vulto negro que se escondia atrás de uma árvore copada. Uma tal aparição veio dar-lhe novas forças, e a suspeita fê-lo ativar a sua carreira.

- São eles! (...)

- Cilada, senhor..querem assassi...

Dois tiros de pistola disparados ao mesmo tempo ressoaram com pavoroso estampido, e Túlio não acabou a palavra! (REIS, 2018, p. 170).

Nota-se que, mesmo estando livre, Túlio decide acompanhar Tancredo em seu destino, porém o jovem despede-se da narrativa protegendo e sacrificando-se pelo jovem branco.

Outro personagem que apresenta essa consciência da história da diáspora negra é a Preta Suzana. Para validar tal afirmação, encontramos no capítulo IX o discurso da Preta Suzana em que ela revela todo o sofrimento ao deixar sua terra natal, família e a perda da sua liberdade:

– Sim, para que estas lágrimas?!...Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a quem me foi caro! Liberdade! Liberdade...ah! Eu a gozei na minha mocidade! (...) Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país(...) ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 101-102).

O narrador dedica essa personagem um capítulo inteiro, intitulado “A preta Suzana”, em que ela denuncia, através de seu discurso, o tratamento desumano que sofreu desde o trajeto doloroso da África ao Brasil vivenciado no navio negreiro. É importante ressaltar que, durante a narrativa, lhe vem à memória a sua vida feliz no continente africano até a diáspora. Suzana narra sua história em primeira pessoa do singular, apropriando-se de lembranças do seu passado em sua terra natal. Fala com nostalgia de momentos da sua verdadeira vida e felicidade com sua filha e família. Conta que colhia o que plantava e era feliz até a chegada dos “bárbaros”, que a levaram do seu seio familiar e de sua terra:

Vou contar-te o meu cativo.

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância nas nossas roças. Era um desses dias em que a natureza parece entregar-se toda a brados folgares, era uma manhã risonha, e bela como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...(REIS, 2018, p.102)

Denuncia-se, nesta passagem, que Suzana foi retirada de sua casa, de sua família, de sua vida social e cultural, contra a sua vontade. Com esse recurso, o narrador chama atenção para a história e identidade de Suzana antes da escravização. Trata-se aqui de ver Suzana como um sujeito vivenciando a complexidade do seu mundo cultural. Temos ainda, na mesma passagem, a desmistificação do continente africano como sendo selvagem e improdutivo. As sociedades são complexas, mas a leitura redutora dos europeus confundiu diferença cultural com déficit cultural. Para o pensamento colonial europeu, não há conhecimento possível a não ser o seu:

Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas. Assim, a linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis

e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SANTOS, 2007, p.73)

No romance *Úrsula*, temos a representação de um continente africano produtivo, acolhedor, com organização social e vivência cultural. É válido ressaltar que o discurso de Susana representa um elo vivo entre a memória ancestral e a consciência da subordinação forçada.

Dessa forma, dedicando um capítulo inteiro a uma personagem que é a personificação da diáspora negra, Maria Firmina dos Reis inova em termos narrativos. É, portanto, através da escrita firminiana e acerca dos relatos sofridos por Preta Suzana que o leitor do século XIX e leitores do século XXI podem conhecer a história e a forma brutal pela qual o homem negro e livre é transformado em cativo em terras brasileiras. Desse modo, a escrita de Maria Firmina dos Reis dá voz a uma escrava e a coloca no seu lugar de fala para narrar os açoites e sofrimentos vividos pelos africanos. Antecipa as reflexões sobre a escravidão presentes, por exemplo, em poemas posteriores como “Navio negreiro”, de Castro Alves, publicado em 1868.

Segundo Duarte (2004), o romance *Úrsula* é um dos primeiros em que se faz ouvir o discurso do “outro”, sob uma perspectiva que não a do conquistador europeu. Este aspecto leva-nos a observar que, além da exploração do negro, apresenta-se também a questão do gênero através da voz feminina da personagem Susana, que não aceita a exploração e a humilhação. Em *Úrsula*, o discurso literário e o discurso histórico apresentam-se relacionados na visão de sujeitos que não foram considerados pelas narrativas oficiais: o homem e a mulher negros escravizados. Suzana nos revela:

(...) E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível (...)

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. (REIS, 2018, p. 103)

Observa-se que, acerca das recordações dolorosas de Suzana, temos um romance que denuncia a escravidão não apenas por contar com personagens conscientes de sua história, mas conscientes também das dinâmicas sociais presentes em sociedades escravocratas. Os horrores e tormentos vividos pelos cativos, a perda da liberdade de todo um povo, a tragédia que foi o navio negreiro são descritos pelo olhar de Suzana.

Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 103)

Nesta passagem, temos a voz de Preta Suzana se fazendo ouvir mais uma vez, narrando o seu infortúnio no porão do navio negreiro. Através deste relato de muita dor, o sentimento de igualdade e fraternidade que a personagem expressa contribui para que o romance propicie discussões raciais, étnicas, de gênero e política. Dessa forma, delineia um quadro amplo e político acerca da escravidão.

A consciência que Suzana tem a respeito de sua condição e da condição de seu povo nos revela a descrença que tinha em relação ao futuro do jovem Túlio: “Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocar um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor?” (REIS, 2018, p. 101). Observa-se que mãe Suzana teme a partida do jovem Túlio escravo alforriado pelo branco Tancredo. Zahidé Muzart nos afirma “É Mãe Susana quem vai explicar a Túlio, alforriado pelo cavaleiro, o sentido da verdadeira liberdade, que não seria nunca a de um alforriado num país de racistas” (MUZART, 2000, 266).

Suzana, assim como os demais personagens negros, se constitui num fio condutor do romance, porque, no decorrer da narrativa, vai dialogando com grande parte dos personagens. Essa personagem também se difere da escrava obediente de outros romances por tecer os fios do passado antes da diáspora, trazendo ao texto a consciência de um passado histórico. Sua presença é norteadora no *corpus* estudado até o momento de sua morte ao sacrificar-se por Úrsula omitindo a sua fuga. Diante disso, o professor Eduardo de Assis Duarte nos diz que “Além de reforçar a própria condição afro-descendente do texto, a entrada em cena da velha africana confere maior densidade ao sentido político do mesmo.” (DUARTE, 2004, p. 274).

Outro personagem que é de muita relevância no texto de Maria Firmina dos Reis é Pai Antero, que tem a função de guardar a casa de seu senhor, o comendador Fernando P. Pai Antero surge na narrativa no capítulo XVIII, tendo uma participação pequena no romance, mas de forma expressiva. O velho escravo chora pela pátria perdida e lamenta a vida de cativo que leva longe de sua terra natal:

– Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2018, p.167)

Consequentemente, ao falar de sua terra, e relembrar momentos de felicidades e bons vinhos extraídos das palmeiras nativas, o personagem contribui para o resgate da história da diáspora assim como Suzana, se portando como personagem que resgata e mantém a história de seu povo. Em certo momento da narrativa, Antero tem que vigiar Túlio, quando o amado de Úrsula é detido por Fernando P. É notável que Antero acate as ordens de seu senhor não por adoração, mas com o propósito de que a vida de Túlio seja poupada. Para validar esta afirmação, temos o pensamento de Antero: “- Coitado! - Dizia ele lá consigo - sua pobre mãe acabou sob os tratos de meu senhor!... e ele, sabe Deus que sorte o aguarda! Pobre Túlio!...” (REIS, 2018, p.165).

Nota-se que Antero se comove com a situação de Túlio, porém não faz nada para libertá-lo do cativo e não o ajuda a fugir. Mas reclamar por essa ação é não estar atento às dinâmicas da sociedade escravocrata. Antero e os outros cativos pouco podem em relação à escravidão como uma instituição e seu delineamento como personagem mostra esse aspecto. Por isso, Antero não pode ser visto como cruel, se constituindo mais em uma vítima da situação. Vale ressaltar que Antero é o único dentre os personagens escravizados apresentados no romance a manter-se vivo até o final da narrativa.

O romance de Maria Firmina dos Reis foi e é muito importante para a literatura brasileira, uma vez que, através de personagens como Túlio, Preta Suzana e Antero, pode-se conhecer e ouvir a voz do oprimido, silenciado e marginalizado. Este romance de 1859 desmistificou a ideia de que os negros não tinham histórias e nos faz entrar em contato com a percepção da diáspora negra. Perceber essa diáspora é fundamental para atentarmos para a densidade cultural de nossa própria identidade.

Conclusão

Após o estudo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, percebemos que há nesse romance personagens que enfatizam a percepção histórica, social e política da diáspora negra e escravidão. Túlio, Suzana e Antero se constituem, por isso, em personagens extremamente importantes para entender um contraponto às histórias oficiais sobre escravidão. Sem essas histórias, que fazem frente àquelas oficializadas por um pensamento social que justifica a subalternidade de certos grupos, ficamos com um entendimento muito parcial sobre a sociedade brasileira. O romance *Úrsula*, portanto, ao inserir o debate histórico e político sobre a diáspora negra nesses personagens ajuda a percebermos esses grupos sobre outra perspectiva: mais autônoma e menos objetificada.

Enfatizamos a necessidade de prescrutarmos no arquivo da literatura brasileira esses outros relatos, para, a partir deles, visualizarmos outras formas de se pensar a sociedade: aquela articulada por grupos que não estão no poder. Certamente, os questionamentos que essas versões instauram ajudam a traçar um panorama mais amplo de nossa sociedade.

Referências

DALCASTAGNÉ, Regina e EBLE, Laeticia Jensen. (orgs). **Literatura e Exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afrodescendência. **Literafro**. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/teoricos-conceituaisArtigoEduardo3literaturaeafrodescendencia.pdf> Acesso em: 30/03/2019.

_____. Maria Firmina e os primórdios da ficção Afrobrasileira. In: **Úrsula**. Florianópolis, Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de e SANTOS FILHO, Juvino Alves do. O pós-abolição na Bahia: memória para a construção da vida livre. In: NASCIMENTO, AD. e HETKOWSKI, TM (orgs). **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007 Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-02.pdf> Acesso em: 30/03/2019.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR** On-line. Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf Acesso em 09/03/2019.

MORAES FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis** – fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Z. L. (Org.). **Escritoras Brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira**: da carta de Caminha aos contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n.8, jan-jun 2004. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf Acesso em 31/03/2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos**, 79. Novembro de

2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> Acesso em 09/03/2019.

SANTOS, José Antônio dos. Diáspora africana; paraíso perdido ou terra prometida. In: ____ (org). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-13.pdf> Acesso em 09/03/2019.

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**; cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TELLES, Norma. Rebeldes escritoras, abolicionistas. **Revista História** [online], São Paulo, 120, p. 73-83, jan./jul. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18593> Acesso em: 30/03/2019.

Recebido em 9 de abril de 2019.

Aceito em 12 de abril de 2019.